



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Rua Luiz Gonzáles Alvarado, nº 51 - Enseada do Suá – Vitória – Espírito Santo - CEP: 29.050-380.

Tel.: (27) 3636-7115 / 3636-7116 - e-mail: editais.patrimonio@secult.es.gov.br

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS nº 011/2021

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECULT** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará **SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E CONCESSÃO DE PRÊMIO PARA INVENTÁRIO, CONSERVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE ACERVOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, conforme **processo nº 2021-M8XMS**, devidamente aprovado pelo Secretário de Estado da Cultura. A presente Seleção será regida pela Lei Complementar Estadual nº 458/08 que instituiu o **Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo – FUNCULTURA** e o Decreto nº 2155-R/08 que a regulamentou, alterado pelo Decreto nº 4137-R, de 02/08/2017, republicado em 08/08/2017, pelo Decreto nº 4410-R, de 18/04/2019, bem como no presente Edital.

1- DO OBJETO

1.1- Constitui objeto do presente Edital a **SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E CONCESSÃO DE PRÊMIO PARA INVENTÁRIO, CONSERVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE ACERVOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, com o objetivo de contemplar projetos que beneficiem museus, instituições de pesquisa, arquivos, bibliotecas e coleções particulares acessíveis ao público, permitindo a transformação dos acervos em fontes de pesquisa e de informação, servindo à construção do conhecimento e sua difusão para a sociedade.

- 1.2- O presente Edital tem prazo de vigência de 12 (doze) meses a contar da data da publicação.
- 1.3- Ficam estabelecidas as seguintes definições e tipos de projetos que poderão ser propostos neste Edital:

I- Acervo: conjunto de objetos ou itens com informações coligidas a respeito, cuja guarda é mantida por uma Organização Colecionadora ou por um Colecionador. Neste Edital, serão contemplados os seguintes tipos de acervos:

a) **Acervo Arquivístico:** Conjunto de documentos textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais de valor histórico cultural.

b) **Acervo Bibliográfico:** Conjunto de obras impressas, incluindo livros e periódicos. Serão considerados exclusivamente os acervos constituídos por obras raras, conforme Critérios de Raridade da Biblioteca Nacional disponível em <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/criterios-raridade-fundacao-biblioteca-nacional>.

c) **Acervo Museológico:** Conjunto de bens de cultura material e imaterial, nos mais diversos suportes, que se encontram sob a proteção de um museu, conforme definição do Conselho Internacional de Museus. Tais como documentos, fotografias, obras artísticas, registros audiovisuais, artefatos históricos, arqueológicos, paleontológicos, etnográficos, zoológicos e botânicos, entre outros, bem como de sua documentação, de uma instituição de caráter museológico ou de galeria sem fins lucrativos.

II- Inventário: instrumento de pesquisa que constitui o primeiro passo na atividade de conhecimento, de salvaguarda e de valorização dos bens culturais de um acervo, consistindo na sua descrição individual, padronizada e completa, para fins de identificação, classificação, análise e conservação.

Somente serão aceitos projetos de inventário cujos acervos sejam apresentados em sua totalidade, como objeto de execução. Não serão aceitas propostas para acervos que ainda serão pesquisados.

III- Conservação: técnicas de intervenção aplicadas aos aspectos físicos de objetos de museus, arquivos e bibliotecas com o intuito de preservá-los, obtendo estabilidade química e física, de maneira a prolongar sua vida útil e assegurar sua contínua

disponibilidade. Este item contempla também ações de criação ou reestruturação de reservas técnicas, desde que estas estejam acompanhadas de trabalho técnico diretamente com os acervos, em espaço previamente disponível, para acervos museológicos que estejam sob a proteção de um museu, conforme definição do Conselho Internacional de Museus, de uma instituição de caráter museológico ou de galeria sem fins lucrativos.

a) **Higienização:** a higienização do acervo consiste em retirar toda a sujidade do objeto eliminando os agentes responsáveis pela sua deterioração tais como: poeira, detritos de inseto, dentre outros.

b) **Acondicionamento:** acomodar e/ou embalar cuidadosamente o objeto do acervo com material adequado e resistente, visando à preservação, a conservação e a segurança do objeto.

IV – Reprodução de Acervos (documental, bibliográfico e museológico): Reprodução de acervos em microfilmes, em formato digital ou em alguma outra técnica de reprodução adequada, de forma a garantir a proteção do suporte original de frequente manuseio e facilitar o acesso às informações em novos suportes e na internet.

1.4- Somente serão contemplados projetos de conservação e reprodução (conforme definido no item 1.3 – incisos III e IV) para acervos previamente ou concomitantemente inventariados. No caso de acervos previamente inventariados, é **obrigatório** o **envio do Inventário** anexo à documentação, contendo, no mínimo, **Lista Descritiva Simples do Acervo**.

1.5- Poderão ser inscritos projetos que tenham como objeto acervos sob a responsabilidade de Órgãos Públicos, ou sob a responsabilidade de pessoas e/ou Instituições Privadas, desde que acompanhados de Termo de Anuência assinado pela pessoa ou responsável pelo Órgão/Instituição. Caso seja necessário o deslocamento do acervo para a realização do trabalho, deve constar na Carta de Anuência que o responsável pelo acervo está ciente, autoriza esta retirada e que acompanhará o trabalho realizado fora da instituição de guarda.

- 1.6-** Nos projetos inscritos, não será permitida a aquisição de materiais de construção e/ou serviços de reforma ou restauração em obra civil, mesmo que tenham relação com o acervo objeto do projeto.
- 1.7-** O presente Edital atende às diretrizes do Plano Estadual de Cultura do ES, em articulação com as diretrizes, estratégias e ações que constituem o PEC-ES, em especial ao Capítulo III (Democratização do acesso à cultura), além dos itens 2.1 e 3.2, no que diz respeito à políticas específicas de aquisição, conservação, restauração, digitalização e difusão de acervos.
- 1.8-** O presente Edital tem o seguinte cronograma básico de execução, com prazos subsequentes, contados a partir da data de publicação do mesmo no Diário Oficial do ES e no Site da SECULT em <http://www.secult.es.gov.br>:

ETAPAS	PRAZO
Inscrições	45 dias
Deferimento das inscrições	15 dias
Avaliação e pontuação dos projetos	45 dias
Publicação do resultado e recursos da decisão	20 dias
Convocação dos proponentes selecionados e documentação	10 dias
Confirmação de documentação e convocação de suplentes (se necessário)	10 dias
Contratação e empenho	20 dias
Pagamento do prêmio (ou primeira parcela)	20 dias

2- INFORMAÇÕES E FORNECIMENTO DO EDITAL

2.1- Os interessados em participar da presente seleção poderão obter informações e esclarecimentos no endereço da Sede da SECULT, à Rua Luiz Gonzáles Alvarado, nº 51 - Enseada do Suá – Vitória – Espírito Santo, pelos telefones (27) 3636-7115, (27) 3636-7116 ou no endereço de **e-mail: editais.patrimonio@secult.es.gov.br**.

2.2- A SECULT disponibilizará gratuitamente o Edital e os anexos aos interessados, através do endereço eletrônico: **<http://www.secult.es.gov.br>**.

3- DAS INSCRIÇÕES

3.1- As inscrições para o presente Edital estarão abertas no **período de 02 de dezembro de 2021 a 18 de janeiro de 2022**. As inscrições deverão ser realizadas até às 18h do dia 18 de janeiro de 2022, com envio dos documentos de inscrição na versão final (não serão aceitas inscrições em rascunho).

3.2- As inscrições deverão ser realizadas, **exclusivamente**, em **plataforma on-line**, através do site **<http://www.secult.es.gov.br>**, com a apresentação de todas as informações listadas no item 6, na versão final.

3.3- Para se inscrever, o proponente deverá inicialmente criar um **perfil de agente cultural** na plataforma do **Mapa Cultural do ES**, que poderá ser acessado através do site da SECULT, no endereço **<http://www.secult.es.gov.br>** ou acessando diretamente o site no endereço **<http://www.mapa.cultura.es.gov.br>**. Tal cadastro servirá para todas as inscrições subsequentes. A plataforma permite que o proponente cadastre agente cultural como pessoa física individual, pessoa física representante de Grupos ou Coletivos e pessoa física representante legal de pessoa jurídica (com ou sem fins lucrativos). No momento da inscrição, o proponente poderá escolher qual perfil deseja utilizar para a inscrição.

3.4- Para inscrição, o **proponente** deverá ser idêntico ao **agente cultural**, na plataforma de inscrições. Serão desclassificados os projetos propostos por proponente que seja diferente do agente cultural.

3.5- É de inteira responsabilidade do proponente a realização da inscrição dentro do prazo estabelecido no item 3.1.

3.6- Serão desclassificadas as inscrições de propostas concorrentes apresentadas em desacordo com as normas, condições e especificações previstas no presente Edital.

3.7- Serão desclassificadas as inscrições de proponentes que tenham a prestação de contas de projetos contemplados em editais anteriores do Funcultura reprovada pela SECULT, pelo prazo fixado na decisão de reprovação.

3.8- A SECULT realizará uma **etapa de deferimento das inscrições**, com análise das informações relativas às condições de inscrição e às vedações previstas no Edital.

3.8.1- Será indeferida a inscrição que:

- a) não atenda as condições básicas previstas no item 4.1;
- b) recaia em alguma das vedações constantes no item 5.1;
- c) deixe de vir acompanhada de todos os documentos obrigatórios previstos no item 6.4;
- d) não respeite o prazo e formas exigidos no edital, em especial, nos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4.
- e) desatenda os itens 6.1 e 6.2.

3.8.1.1. Os vícios indicados no item 3.8.1., acaso constatados posteriormente ensejarão a eliminação, desclassificação ou rescisão do termo de compromisso.

3.9- A SECULT publicará em seu site a lista contendo as inscrições deferidas e indeferidas.

3.9.1- Do indeferimento da inscrição caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação, a ser enviado via plataforma do Acesso Cidadão – e-docs, no endereço www.acessocidadao.es.gov.br ou por meio virtual, através do endereço do edital.

3.9.2- Até 10 (dez) dias após o término do prazo para interposição de recurso, a SECULT irá publicar em seu site a lista definitiva dos inscritos, contendo o resultado do julgamento dos recursos.

4- CONDIÇÕES BÁSICAS PARA INSCRIÇÃO

4.1- Poderão participar do presente Edital de Seleção:

a) **Pessoa Física**, maior de 18 anos, residente no Estado do Espírito Santo há, no mínimo, 02 (dois) anos.

b) **Pessoa Jurídica de Direito Privado com ou sem fins lucrativos**, estabelecida no Estado do Espírito Santo há, no mínimo, 02 (dois) anos; e que comprove o caráter – definido nos atos constitutivos – artístico ou cultural.

4.2- O proponente, inscrito como pessoa física, **não** poderá indicar uma pessoa jurídica no momento da contratação com a SECULT.

5- DAS VEDAÇÕES

5.1- No presente Edital de Seleção, estarão impedidos de se inscrever:

5.1.1- A pessoa jurídica:

- a) contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;
- b) que integra o mesmo grupo econômico da empresa contratada para prestar o serviço profissional de avaliação de projetos;
- c) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria sejam sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;
- d) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de parentesco até o 2º grau com os sócios, administradores, dirigentes e membros da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;
- e) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria sejam integrantes da Comissão Julgadora, servidores ou ocupantes de cargo em comissão da SECULT, inclusive os licenciados, cedidos, remanejados ou que estejam em qualquer tipo de afastamento, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos);
- f) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de parentesco até o 2º grau com integrantes da Comissão Julgadora, servidores ou ocupantes de cargo em comissão da SECULT, inclusive os licenciados, cedidos, remanejados ou que estejam em qualquer tipo de afastamento, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos);
- g) que tenha a prestação de contas de projetos contemplados em editais anteriores do Funcultura reprovada pela SECULT, pelo prazo fixado na decisão de reprovação.

5.1.2- A pessoa física:

- a) sócia, administradora, dirigente ou membro da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;
- b) membro da Comissão julgadora, servidora ou ocupante de cargo em comissão da SECULT, inclusive os licenciados, cedidos, remanejados ou que estejam em qualquer tipo de afastamento, bem como pessoas que possuam vínculo matrimonial, de união estável ou

relações de parentesco com esses até o 2º grau, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos);

c) que possua vínculo matrimonial, de união estável ou relação de parentesco até o 2º grau com sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos.

d) menor de 18 (dezoito) anos.

e) que tenha a prestação de contas de projetos contemplados em editais anteriores do Funcultura reprovada pela SECULT, pelo prazo fixado na decisão de reprovação.

5.1.3- Os projetos:

a) Postados em desacordo com o estabelecido nos itens 3.1 e 3.2.

b) Já contemplados por Editais da SECULT nos últimos 05 (cinco) anos.

c) Cujo objeto e conteúdo (de acordo com o Anexo III – Formulário de Projetos) estejam propostos em outros editais da SECULT/Funcultura em 2021.

5.2- Fica vedada aos projetos contemplados a obtenção de recursos financeiros por meio de outros mecanismos de fomento à cultura ofertados pelo Estado do Espírito Santo.

5.3- Os projetos poderão receber recursos financeiros municipais ou federais, desde que para custeio de ações distintas daquelas a serem subsidiadas com o valor do prêmio concedido neste Edital.

6- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA INSCRIÇÃO

6.1- No presente Edital o proponente poderá inscrever apenas 01 (um) projeto cultural. Na hipótese de apresentar mais de 01 projeto, será desclassificado ou eliminado do certame.

6.2- Aquele que inscrever projeto como pessoa física não poderá realizar a inscrição de projeto na qualidade de representante legal de pessoa jurídica, e vice-versa, sob pena de indeferimento de ambos os projetos.

6.3- O projeto inscrito poderá ser proposto e desenvolvido em qualquer município do Estado do Espírito Santo, conforme indicado na ficha de inscrição, desde que o projeto inclua a participação de mão de obra local, definindo função e valores a receber.

6.4- São documentos obrigatórios para a inscrição, a serem preenchidos diretamente na plataforma on-line:

- a) Ficha de inscrição, conforme modelo previsto no **Anexo I**.
- b) Declaração de participação, devidamente assinada, conforme modelo previsto no **Anexo II**.
- c) Formulário de Projeto (**Anexo III**).
- d) Currículo completo do proponente e dos participantes do projeto, em formato livre, postado na plataforma de inscrição on-line ou em outra plataforma, com indicação do endereço do link de postagem.
- e) Carta de aceitação de participação de todos os envolvidos com o projeto.
- f) Cadastro do dossiê do proponente, contendo clippings, reportagens, publicações, fotos, declarações e materiais com os nomes do proponente e dos envolvidos, utilizando, se necessário, link compatível, como por exemplo, youtube e vimeo, dentre outros. Indicar o endereço do link de postagem na inscrição.
- g) Planilha de custo (**Anexo IV**), discriminando as despesas necessárias para a realização do projeto, prevendo inclusive os tributos devidos.
- h) **No caso de projetos de inventário**: apresentar o modelo da ficha de inventário a ser utilizado, incluindo informações sobre nome do proprietário, localização (endereço completo), localização específica, responsável, proteção legal (quando houver) e estado de conservação dos bens objeto do inventário, e outras informações que julgar pertinentes ao projeto, com manual explicativo, elaborado e assinado por profissional especializado, acompanhado de currículo deste profissional.
- i) **No caso de projetos de conservação**: apresentar laudo técnico com avaliação, e diagnóstico do acervo a ser conservado, e detalhamento do serviço a ser executado, elaborado e assinado por profissional especializado, acompanhado de currículo deste profissional.
- j) **No caso de projetos de reprodução de acervos**: apresentar laudo técnico com avaliação e diagnóstico do acervo a ser preservado, elaborado e assinado por profissional especializado, acompanhado de currículo deste profissional, além de observância de normas técnicas estabelecidas por órgãos competentes.
- k) **No caso de acervos previamente inventariados**: é obrigatória a apresentação do Inventário, contendo, no mínimo, a Lista Descritiva Simples do Acervo, conforme item 1.4.
- l) Histórico do acervo a ser inventariado, conservado e/ou reproduzido.
- m) Atestado de visita técnica;

n) Carta de anuência do responsável pelo acervo proposto no projeto, tanto no caso de pessoas físicas como representantes de órgãos públicos ou instituições privadas, concordando com a realização do projeto em todas as etapas. Caso haja deslocamento do acervo, a anuência deverá incluir tal ação.

o) **No caso de projetos de acervos a serem inventariados**: incluir na equipe do projeto 01 (um) membro, pelo menos, com experiência e formação na área, conforme o objeto do inventário a ser trabalhado e de acordo com a norma a ser utilizada na área de pesquisa, com apresentação de currículo.

p) Declaração de que não se encontra nas vedações previstas no item 5.1.

6.5- Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações fornecidas e pela integralidade e acessibilidade total ao conteúdo dos arquivos digitais, se for o caso.

7- DO VALOR DO PRÊMIO E DA FORMA DE PREMIAÇÃO

7.1- O valor total do Prêmio objeto do presente Edital é de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, contemplando o **máximo de 08 (oito)** projetos, com 08 (oito) prêmios, distribuídos nas seguintes categorias:

a) até **06 (seis) prêmios com valor individual de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)** sendo até 02 prêmios para projetos cujos **acervos sejam provenientes** de municípios com até 100.000 habitantes e 04 prêmios para projetos cujos **acervos sejam provenientes** de municípios com mais de 100.000 habitantes;

b) até **02 (dois) prêmios com valor individual de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, sendo até 01 prêmio para projeto cujo **acervo seja proveniente** de municípios com até 100.000 habitantes; 01 prêmio para projeto cujo **acervo seja proveniente** de municípios com mais de 100.000 habitantes.

7.1.1- Em havendo disponibilidade orçamentária, poderá ser ampliado o valor total da premiação originalmente prevista, mediante a concessão de mais prêmios, a serem distribuídos, a critério da SECULT, livremente, dentre as categorias do edital.

7.1.1.1- Os prêmios adicionais serão destinados aos suplentes, observada a ordem de classificação dentro da categoria correspondente.

7.2- A residência ou sede do proponente no momento da contratação deverá estar situada no mesmo município indicado na ficha de inscrição (Anexo I), sob pena de desclassificação.

7.3- Para a distribuição de prêmios, conforme item 7.1, os projetos deverão obter pontuação mínima para seleção (60 pontos), de acordo com os procedimentos e critérios de seleção previstos nos itens 8 e 9.

7.3.1- O projeto inscrito irá concorrer dentro da categoria indicada pelo proponente no ato de inscrição.

7.3.2- Os prêmios poderão ser remanejados para contemplar projetos de outra categoria, caso a Comissão Julgadora não selecione o número de projetos estabelecidos para a categoria inicial ou, ainda, no caso de haver saldo de recursos do Edital, decorrente da diferença entre os valores dos projetos contemplados e o montante máximo de premiação prevista no item 7.1.

7.3.3- Na hipótese do item 7.3.2, caberá à SECULT definir para qual Categoria o saldo remanescente será destinado e o número adicional de prêmios que serão concedidos.

7.4- No caso de **projetos com valor de até R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), o valor individual dos prêmios será pago em **parcela única**, até o 20º (vigésimo) dia útil após a publicação do Ato de Confirmação de Documentação, conforme item 11.5.

7.4.1- No caso dos projetos **com valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, o **pagamento será feito em duas parcelas**, da seguinte forma:

a) a primeira parcela no valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do prêmio, será paga até o 20º (vigésimo) dia útil após a publicação do Ato de Confirmação de Documentação, conforme item 11.5;

b) a segunda parcela, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do prêmio, será paga em até 45 (quarenta e cinco) dias da apresentação do relatório final de execução pelo proponente, observadas as disposições do termo de compromisso.

7.5- Os contemplados que não atenderem a todas as obrigações, compromissos e normas definidas no presente Edital, durante a execução dos projetos, estão sujeitos às penalidades previstas no item 13.

7.6- Do valor total do prêmio a ser pago, a SECULT fará a retenção do imposto de renda e outros tributos, acaso devidos, de acordo com as regras e os limites previstos na legislação em vigor, para posterior recolhimento.

7.7- Os proponentes contemplados pelo presente Edital deverão utilizar os recursos financeiros recebidos exclusivamente em despesas pertinentes à execução do projeto contemplado.

7.7.1- É proibido ao contemplado dar destinação aos recursos recebidos diferente da prevista no projeto.

7.8- Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da SECULT ou de qualquer órgão do Governo do Estado para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços.

7.9- Os contemplados somente poderão iniciar as despesas previstas no Projeto (Anexo III – Formulário de Projeto) após o recebimento do valor do prêmio, previsto no **item 7.4**.

8- DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO

8.1- A seleção dos projetos inscritos será feita por uma **COMISSÃO JULGADORA**, designada pelo Secretário de Estado da Cultura, que será composta por, no mínimo, 03 (três) membros de reconhecida idoneidade e notório conhecimento na área cultural ou artística pertinente ao objeto do presente Edital, um dos quais presidirá a Comissão.

8.2- A **COMISSÃO JULGADORA** analisará e selecionará os Projetos Técnicos dos proponentes inscritos no presente Edital, e procederá ao julgamento dos mesmos segundo os critérios estabelecidos no **item 9**, registrando em ata sua decisão acerca da seleção dos projetos e emitindo parecer sobre o projeto analisado na plataforma de avaliação.

8.3- A **COMISSÃO JULGADORA** decidirá acerca do mérito cultural e artístico dos projetos concorrentes, escolhendo os melhores segundo os critérios de seleção previstos no **item 9.1**.

8.4- Fica reservado o direito à **COMISSÃO JULGADORA**, na hipótese de não haver projeto cultural concorrente com qualidade técnico-artística suficiente para receber o Prêmio previsto no presente Edital, de não conceder a premiação.

8.5- Em caso de empate, a **COMISSÃO JULGADORA** procederá ao desempate, considerando os critérios definidos no **item 9.3**.

8.6- Os projetos serão selecionados em cada categoria pela maior pontuação, em ordem decrescente, até completar o número de propostas, cabendo à SECULT ainda observar a quantidade de prêmios destinada a cada eixo/categoria do Edital.

8.7- A **COMISSÃO JULGADORA** indicará, além dos 08 projetos selecionados, também os projetos considerados “suplentes”, distribuídos de acordo com as categorias dos prêmios definidas no item 7.1, em ordem decrescente de classificação. Para se classificarem como suplentes, os projetos precisarão obter uma pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.7.1- Os projetos considerados “suplentes” serão contratados em casos de perda do direito de contratação por algum dos projetos selecionados na mesma categoria, ou na hipótese do proponente contemplado não comparecer para assinar o Termo de Compromisso, se recusar a fazê-lo ou não apresentar todos os documentos solicitados no item 11.

8.7.2- Serão convocados os suplentes, também, nos casos dos itens 7.1.1. e 7.3.2.

8.7.3- Os suplentes serão convocados respeitando a ordem de classificação dentro da categoria de premiação.

8.8- O **Resultado da Seleção de Projetos do Edital**, apurado pela **COMISSÃO JULGADORA**, consignado em ata, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no site da SECULT (www.secult.es.gov.br), após publicação do **Aviso de Resultado** no Diário Oficial do Estado.

8.9- Poderá ser interposto **RECURSO da decisão da seleção à COMISSÃO JULGADORA**, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, a contar da data de publicação do Resultado da Seleção no site da SECULT (www.secult.es.gov.br).

8.10- O **Recurso** deverá ser encaminhado através de formulário constante no Anexo VII, e poderá ser entregue diretamente no Protocolo da SECULT no horário de 09h às 18h, na Rua Luiz Gonzáles Alvarado, nº 51, Enseada do Suá, Vitória, Espírito Santo, CEP: 29.050-380; ou enviado por meio virtual, via plataforma do Acesso Cidadão – e-docs, no endereço www.acessocidadao.es.gov.br ou, ainda, através do endereço do edital em editaisfuncultura@secult.es.gov.br. O **Recurso** deverá ser enviado até a data definida no item 8.9.

8.11- O Recurso deverá ser encaminhado apenas no formulário do **Anexo VII**, não sendo aceitos outros documentos complementares sobre o projeto.

8.12- O pedido de **RECURSO** será avaliado pela **COMISSÃO JULGADORA** e respondido através de Ata, publicada no site da SECULT, no endereço (www.secult.es.gov.br), no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do prazo de recebimento do Recurso, conforme item 8.11. A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

8.13- O **Resultado Final da Seleção de Projetos do Edital**, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no site da SECULT (www.secult.es.gov.br), acompanhado de convocação dos proponentes selecionados, com indicação de prazo e procedimentos para apresentação à SECULT dos documentos exigidos para contratação, conforme **item 11**, após publicação do **Aviso de Resultado** no Diário Oficial do Estado.

9- DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1- O Prêmio será concedido analisando-se os critérios de mérito cultural do projeto, conforme segue:

CRITÉRIOS DE MERITO CULTURAL:	PONTUAÇÃO
A) Qualidade, originalidade, relevância e inovação do projeto: Aspectos norteadores: .Conteúdo relevante, clareza e coerência; .Projeto com concepção artística inovadora; .Capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na área;	0 a 20

<p>.Conveniência de sua execução, descrita de maneira clara e objetiva;</p>	
<p>B) Potencial de impacto no cenário artístico e cultural e efeito multiplicador: Aspectos norteadores: .Proposta com capacidade de impactar a cena cultural; .Proposta de interesse público; .Importância da ação para os beneficiados – profissionais envolvidos e/ou público participante; .Possibilidade de contribuir para o desenvolvimento cultural local e regional, no seu universo de abrangência; .Parcerias e alianças agregadas;</p>	<p>0 a 10</p>
<p>C) Acessibilidade do projeto ao público: Aspectos norteadores: .Projeto apresenta estratégias eficazes de formação de público, garantindo acesso democrático; .Projeto com ações de acessibilidade do conteúdo para compreensão por qualquer pessoa, independente de sua condição física, comunicacional ou intelectual; .Projeto com planejamento de sua divulgação, visando maior participação; .Realização de ações que permitam maior acesso da população aos bens e produtos culturais resultantes.</p>	<p>0 a 10</p>
<p>D) Adequação da proposta orçamentária e viabilidade do projeto: Aspectos norteadores: .Proposta orçamentária contemplando todas as ações previstas, com todos os itens de despesa do projeto; .Proposta compatível com preços de mercado; .Planilha financeira que demonstre que o projeto é viável e exequível, de acordo com a proposta apresentada e o valor do prêmio.</p>	<p>0 a 10</p>
<p>E) Potencial de realização do proponente e da equipe envolvida no projeto:</p>	<p>0 a 10</p>

<p>Aspectos norteadores:</p> <p>.Proponente apresentou informações e documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar, com êxito, a proposta;</p> <p>.Equipe envolvida no projeto apresentou documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar, com êxito, a proposta.</p>	
<p>CRITERIOS TECNICOS:</p>	
<p>F) Importância e relevância do acervo:</p> <p>Aspectos norteadores:</p> <p>.Valor histórico e/ou artístico do acervo;</p> <p>.Representatividade e pertencimento para a comunidade;</p>	0 a 20
<p>G) Condições de conservação do acervo:</p> <p>Aspectos norteadores:</p> <p>.Condições de conservação do acervo quanto à preservação de suas características originais;</p> <p>.Propostas de higienização adequadas;</p> <p>.Acondicionamento do acervo.</p>	0 a 20
<p>PONTUAÇÃO MÁXIMA</p>	100 pontos

9.2- Serão desclassificados os projetos:

- a) que obtiverem pontuação 0 (zero) em qualquer critério constante do item 9.1, por ausência de informações ou por não atenderem ao exigido no critério; ou
- b) cuja pontuação total for inferior a 60 pontos.

9.3- Em caso de empate na pontuação total de cada proponente, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem abaixo, utilizados na sequência, caso o empate persistir:

- a) O proponente que tiver a maior pontuação no critério A (item 9.1);
- b) O proponente que tiver a maior pontuação no critério B (item 9.1);
- c) O proponente que tiver a maior pontuação no critério C (item 9.1);

10- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- A despesa ocorrerá à conta do Programa de Trabalho: 10.40.901.13.392.0043.2619 – Seleção e Premiação de Projetos Culturais – Elemento de Despesa: 3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras - Fonte de Recursos: 0101.000000 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), Exercício 2021.

11- DA CONTRATAÇÃO

11.1- Os proponentes selecionados serão convocados através de Ato de Convocação publicado no site da SECULT, para, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da publicação da convocação no Diário Oficial do Estado e no site da SECULT, apresentar os documentos listados no item 11.3, **enviados via plataforma do Acesso Cidadão – e-docs, no endereço www.acessocidadao.es.gov.br**, e posterior assinatura digital do Termo de Compromisso, conforme modelo previsto no Anexo V. No envio, deverá ser indicado o nome completo do proponente e o projeto, para imediata identificação.

11.2- O proponente que não assinar o Termo de Compromisso, não apresentar a documentação estipulada no **item 11.3** ou apresentá-la com alguma irregularidade perderá, automaticamente, o direito à premiação, sendo convocados os suplentes, pela ordem decrescente de classificação.

11.3- O proponente selecionado **deverá encaminhar à SECULT**, como condição para efetivar o direito à premiação e a assinatura do Termo de Compromisso, **a seguinte documentação, a fim de comprovar o atendimento às condições e vedações estabelecidas nos itens 4 e 5 do edital:**

I - Pessoa Física:

- a) Cópia da Cédula de Identidade.
- b) Cópia do CPF.
- c) Cópia do comprovante de residência no Estado do Espírito Santo, sendo um do exercício atual (dos últimos 03 meses da data de comparecimento à SECULT) e outro datado de 02 (dois) anos ou mais, **em nome do proponente** (conta de água, energia, telefone, condomínio e outros comprovantes aceitos pela Comissão que comprovem efetivamente a residência). **Não serão aceitos comprovantes de endereço em nome de terceiros.**

- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do domicílio do proponente (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- g) Prova de regularidade de com a Justiça Trabalhista, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas (que poderá ser obtida nos sítios oficiais do Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, na internet).
- h) Indicação do banco, agência e conta bancária, preferencialmente do Banco Banestes, através de cópia de documento em que constem essas informações (cartão, extrato, etc.) para depósito e movimentação dos recursos transferidos pelo FUNCULTURA, para fins deste Edital. Não é permitida a indicação de conta salário.
- i) Declaração de representação, devidamente assinada, no caso de projetos propostos em nome de terceiros (Grupos sem personalidade jurídica).

II - Pessoa Jurídica:

- a) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- b) Cópia da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- d) Cópia da Cédula de Identidade do representante legal da PJ.
- e) Cópia do CPF do representante legal da PJ.
- g) Cópias dos comprovantes de que a empresa está sediada no Estado do Espírito Santo, sendo 01 (um) do exercício atual (dos últimos 03 meses da data de comparecimento à SECULT) e outro datado de 02 (dois) anos ou mais, **em nome da empresa proponente** (conta de água, energia, telefone, e outros comprovantes aceitos pela Comissão). **Não serão aceitos comprovantes de endereço em nome de terceiros.**
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).

- i) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- j) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica proponente (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- l) Prova de regularidade de com a Justiça Trabalhista, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas (que poderá ser obtida nos sítios oficiais do Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, na internet).
- m) Indicação do banco, agência e conta bancária, preferencialmente do Banco Banestes, através de cópia de documento em que constem essas informações (cartão, extrato, etc.) para depósito e movimentação dos recursos transferidos pelo FUNCULTURA, para fins deste Edital. Os contemplados que indicarem documentos de MEI deverão indicar conta de pessoa jurídica (com CNPJ).

11.4- Não serão aceitos protocolos da documentação, nem documentos com prazo de validade vencido.

11.5- Após o recebimento e conferência da documentação e assinatura do **Termo de Compromisso (Anexo V)** pelo proponente selecionado, a SECULT publicará no site da SECULT, no endereço www.secult.es.gov.br, o **Ato de Confirmação de Documentação**, para posterior assinatura do Termo de Compromisso pelo Secretário de Estado da Cultura e demais providências relativas ao pagamento do prêmio, conforme estabelecido no **item 7.4**.

12- DAS OBRIGAÇÕES

12.1- É dever do proponente durante todo o processo seletivo e execução do projeto:

- a) expor os fatos conforme a verdade;
- b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
- c) não agir de modo temerário;
- d) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

12.2- Os proponentes são obrigados a:

12.2.1- Prever em seus projetos e, acaso contemplados, executar:

- a) ao menos uma ação, evento, apresentação, palestra, reunião ou outro formato, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a execução do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SECULT;
- b) um **Plano de ação** com informação sobre as ações previstas visando à **divulgação e difusão do bem cultural ou do resultado** gerado a partir da realização do projeto pela comunidade, na localidade em que a ação será realizada;

12.2.2- Entregar, para o acervo da SECULT, 10% (dez por cento) da tiragem do material produzido (exceto material de divulgação), se houver, desde já, autorizando a exibição pública de caráter cultural e sem fins lucrativos, utilização do material em equipamentos culturais do Estado, inclusive com permissão de empréstimo aos usuários desses equipamentos, doação das cópias a entes da Administração Pública e privada, para arquivo, inclusão em bancos de dados e outros, e outras que a SECULT entender conveniente e oportuna;

12.2.3- Garantir o acesso gratuito às atividades, ações e apresentações incluídas no projeto aprovado.

12.3- O descumprimento do disposto nos itens 12.1 e 12.2 e das demais obrigações constantes neste Edital e seus anexos poderá ensejar a desclassificação do proponente, rescisão do termo de compromisso e aplicação das sanções previstas no item 13.

12.4- No caso de **projetos de inventários** os contemplados deverão apresentar as fichas preenchidas acompanhadas de manual explicativo de preenchimento, em formato impresso e/ou digital (CD ou DVD). O proponente contemplado deve utilizar como padrão a Norma Brasileira de Descrição Arquivística conforme a resolução 28 do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ e inserir em sua ficha de apresentação, obrigatoriamente, a descrição "Nível 1 - Fundo ou Coleção" conforme os elementos obrigatórios apresentados pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade no caso de acervos arquivísticos. Para acervos bibliográficos, deverá ser utilizado o formato MARC 21 aplicado a obras raras. Para acervos museológicos, a ficha deverá ter como base a Instrução

Normativa nº01 de 31 de julho de 2014 do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM. Usar como referência a metodologia SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) para bens móveis, disponibilizado pelo IPHAN (acessível em www.iphan.gov.br).

12.5- No caso de **projetos de reprodução de acervos** os contemplados deverão apresentar declaração da Instituição detentora do acervo atestando a conclusão do trabalho, constando a descrição do processo utilizado e o resultado obtido, incluindo a relação dos bens reproduzidos, além de manual de orientação de acesso às informações do conteúdo reproduzido e, no caso de reprodução em formato digital, executar os serviços em conformidade com as seguintes especificações de imagem de captura:

I –Coloração: Preto e branco (bitonal), escala de cinza ou colorida.

II –Resolução: 300 DPI a 400 DPI.

III-Formato de Arquivo de Imagem: TIFF CCITT G4, JPG ou PDF.

12.5.1- No caso de **projetos de reprodução de acervos arquivísticos** deve ser atendida a RESOLUÇÃO Nº 31, DE 28 DE ABRIL DE 2010, do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.

12.5.2- No caso de **projetos de inventário e reprodução de acervos arquivísticos** encaminhar uma cópia do material produzido ao Arquivo Público Estadual para depósito e guarda permanente.

12.5.3- No caso de **projetos de inventário de acervos arquivísticos**, é obrigatório o cadastro no CODEARQ das Instituições Custodiadoras.

12.6- No caso de **projeto que produza publicação** (impresa; mídia digital ou e-book, etc.), o contemplado deve, obrigatoriamente, inserir a “Ficha Catalográfica” e o “ISBN” na publicação, sendo a primeira responsável por conter informações bibliográficas necessárias para identificar e localizar a publicação em qualquer acervo, e o segundo um padrão internacional de identificação de publicações e softwares.

13- DAS PENALIDADES

13.1- O não cumprimento pelo proponente das exigências deste EDITAL ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções, sem prejuízo das sanções penais cabíveis:

- a) Advertência;
- b) impossibilidade de firmar novos compromissos, contratar ou licitar com a SECULT, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos;
- c) Registro da inadimplência no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado);
- d) Inscrição em Dívida Ativa;
- e) Devolução integral ou parcial da importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês.

13.1.1- No lugar das sanções previstas no item 13.1, a SECULT poderá autorizar a realização de medida compensatória por parte do proponente, consubstanciada em ação cultural que guarde pertinência com o objeto do edital, desde que:

- a) o proponente não tenha recebido penalidade neste ou em outros editais do Funcultura, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da publicação da decisão final sancionatória no site da SECULT;
- b) a infração ou descumprimento não seja doloso (intencional);
- c) em se tratando de compromissado, tenha havido a execução de pelo menos 60% do objeto do termo de compromisso;
- d) haja equivalência pecuniária entre a ação proposta e o valor que deveria ser restituído.

13.2- O proponente será notificado previamente para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, ressalvado quando a aplicação da sanção se der no ato de rejeição do relatório de execução.

13.3- Na aplicação da sanção será considerada a gravidade da infração.

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Os proponentes contemplados que estiverem inadimplentes com a SECULT-ES ou com a Administração Pública Estadual não poderão assinar o Termo de Compromisso previsto no presente Edital de Seleção, hipótese em que serão desclassificados.

14.1.1. Aplica-se o disposto no item 14.1 ao proponente que na data final para apresentação dos documentos listados no item 11.4 se encontrar em atraso na apresentação de relatório final de cumprimento de objeto de outro projeto agraciado por edital do Funcultura.

14.2- O presente Edital poderá ser impugnado até 03 (três) dias úteis antes do prazo de início das inscrições.

14.2.1- A impugnação deverá ser realizada por **meio eletrônico**, para o endereço do edital **editais.patrimonio@secult.es.gov.br** e será decidida em até 03 (três) dias. A decisão será encaminhada para o email indicado pelo impugnante e será publicada no site da SECULT.

14.2.2. A impugnação não será recebida no efeito suspensivo, mas a SECULT poderá aplicar o disposto no item 14.9 caso assim entenda adequado.

14.3- A inscrição do proponente configura na prévia e integral aceitação de todas as condições estabelecidas neste EDITAL.

14.4- Em atenção à legislação de transparência pública, após a publicação de resultados finais, terceiros interessados poderão requerer acesso aos projetos inscritos no Edital, resguardados dados pessoais.

14.5- Nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), o proponente, contemplado no presente Edital, autoriza a SECULT a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.

14.6- Os casos omissos do presente Edital serão decididos pelo Secretário de Estado da Cultura.

14.7- À Secretaria de Estado da Cultura fica reservado o direito de prorrogar, revogar ou anular o presente Edital, havendo motivos ou justificativas de interesse público para tais

procedimentos, devidamente apresentados nos autos do processo de origem, não implicando em direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14.8- Os prazos deste Edital são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, salvo cláusula expressa em sentido contrário.

14.9- A SECULT poderá prorrogar, postergar, ampliar ou alterar o período de inscrição e os prazos das demais fases previstas no edital, observada a mesma publicidade do ato que seria praticado.

14.10- A SECULT poderá convidar os proponentes contemplados para participar de ações e programas por ela desenvolvidos, mediante a realização de atividades culturais referentes ao projeto contemplado neste Edital, incluindo a ocupação dos equipamentos culturais.

14.11- Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo para serem dirimidas quaisquer questões decorrentes do presente Edital.

Vitória, 18 de novembro de 2021.

Fabricio Noronha Fernandes

Secretário de Estado da Cultura

Anexo I – Ficha de inscrição

Anexo II – Declaração de participação

Anexo III – Formulário de projeto

Anexo IV – Planilha de custos

Anexo V – Minuta Termo de Compromisso

Anexo VI – Minuta relatório final

Anexo VII – Formulário de recurso

Anexo VIII - Declaração que não incide nas vedações do item 5.1